

Minipacote, sinal para investimento

O governo enviou mais um sinal aos empresários para que voltem a investir e apressem a recuperação da economia brasileira. O minipacote anunciado na sexta-feira à noite garante duas das mais importantes mudanças que poderiam vir com a reforma tributária. O recado é claro: o governo pretende reduzir a carga de impostos sobre o investimento e a produção. A mudança prometida pode ser menor que a reivindicada, há muitos anos, pelo empresariado, mas é um estímulo concreto e mostra a disposição de avançar no rumo certo. Uma semana antes, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tinha ido à televisão para dizer que a hora de investir e de crescer havia chegado. O passo seguinte foi a medida provisória de sexta-feira que introduz alterações em dois importantes tributos. Quem preferir ficar à espera de outros sinais positivos poderá chegar atrasado à nova etapa de expansão econômica.

Pela nova MP, o recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados, será feito quinzenalmente, no próximo ano, e mensalmente a partir de 2005. Atualmente o tributo é pago a cada 10 dias. Os em-

presários ganharão duas vezes. Gastarão menos tempo com a obrigação fiscal e terão vantagem financeira com o pagamento menos frequente.

O investimento produtivo ficará mais barato. O IPI sobre máquinas e equipamentos, hoje com alíquota média de 5%, será reduzido gradualmente, a partir de janeiro, e poderá chegar a zero. Isso dependerá de nova medida provisória ou de um decreto do Executivo.

Será uma melhora parcial, porque os empresários continuarão pagando aos Estados o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mantido o regime atual, o crédito correspondente a esse tributo só será descontado em 48 meses, isto é, não será descontado de fato.

O empresariado terá, portanto, de continuar pressionando os governadores, principalmente os de Estados mais industrializados, como São Paulo, para que as compras de bens de capital, isto é, de máquinas e equipamentos, sejam desoneradas do ICMS. Só assim poderão investir sob condições tributárias semelhantes às de seus principais concorrentes. Mas não irão a lugar nenhum se ficarem esperando condições ideais

para retomar o investimento.

A terceira mudança trazida pela MP é o fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Esse tributo deixará de incidir em cada etapa da produção, isto é, será cobrado sobre o valor adicionado em cada fase e não mais sobre o faturamento. A alíquota passará de 3% para 7,6%, mas em cada etapa o empresário terá um crédito sobre a operação anterior. A Cofins passará a incidir sobre a importação e os empresários que utilizam insumos importados poderão descontar esse

tributo na operação seguinte. Não será uma solução ideal, porque encarecerá o produto importado, mas servirá para nivelar a tributação do produto nacional e do importado.

O estímulo será maior se o Banco Central (BC) continuar a reduzir os juros básicos da economia. Os demais juros – aqueles que os tomadores de empréstimos pagam aos bancos – são maiores do que esses, mas normalmente acompanham o movimento das taxas básicas. Há

bom espaço para novos cortes de juros, porque a inflação está controlada e é essa a percepção do mercado financeiro, indicada na pesquisa divulgada semanalmente pelo BC.

Também não há, de acordo com essa pesquisa e com outras informações, expectativa de problemas no balanço de pagamentos. A segurança será reforçada se o governo chegar a um novo acordo com o Fun-

do Monetário Internacional, como parece pretender o ministro da Fazenda.

Não há, portanto, motivos sérios que justifiquem maior postergação da maior par-

te dos planos de investimento. A situação pode ser diferente no caso de alguns projetos de infra-estrutura, já que os investidores se mantêm à espera de novidades no chamado marco regulatório. O governo deveria tentar apressar a conclusão dessa tarefa, para que os investidores potenciais possam tomar suas decisões, programar seu trabalho e encomendar os equipamentos necessários, o que também ajudará a movimentar importantes indústrias.

O governo confirma com uma MP o compromisso de facilitar a produção